

Parlamentar eleito por Minas Gerais busca mais dois anos no comando da Casa, com o apoio de Davi Alcolumbre (União Brasil-AP) contra o ex-ministro Rogério Marinho (PL-RN)

Pacheco é favorito hoje para seguir à frente do Senado



Rogério Pacheco (PSD-MG) tem o apoio do Palácio do Planalto para continuar dirigindo uma das Casas do Congresso

Adesão a Marinho irrita tucanos

GUILHERME PEIXOTO E LUANA PEDRA

O apoio do líder do PSDB no Senado, Izalci Lucas (DF), à candidatura de Rogério Marinho (PL-RN) ao comando da Congresso Nacional irritou tucanos de Minas Gerais. O deputado federal Paulo Abi-Ackel, presidente do partido no estado, afirmou, em nota à imprensa, que "não há razão lógica e muito menos política" para o PSDB deixar de apoiar a reeleição de Rodrigo Pacheco (PSD-MG), presidente do Senado desde 2021. O texto pró-Pacheco é assinado ainda pelo também deputado federal tucano Acácio Neves. Em entrevista ao Correio Braziliense, Izalci disse que, dos quatro senadores tucanos, apenas Plínio Valério, eleito pelo Amazonas, não votará em Marinho. Ele escolheu caminhar com Eduardo Girão (Podemos-CE).

"Na avaliação dos parlamentares mineiros, não há razão lógica, e muito menos política, para que o PSDB deixe de apoiar a reeleição do Senador Rodrigo Pacheco, que, além de ter exercido com seriedade e equilíbrio o seu primeiro mandato, é um aliado político tradicional do PSDB em Minas Gerais, fato que, infelizmente, não foi levado em conta pelos senadores ao anunciarem suas posições", diz trecho do texto escrito por Abi-

Ackel e Acácio.

O sergipano Alessandro Vieira, que trocou o Cidadania pelo PSDB e ganhou projeção pelas críticas feitas ao ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) nas sessões da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da COVID-19, é outro que escolheu Marinho. Segundo Izalci Lucas, a relação de Marinho com o bolsonarismo não torna o político apegado a posições extremas. "Fui com ele deputado por dois mandatos e sei que não é radical", defendeu. "Precisamos de uma mudança. As conversas estão sendo boas, as chances estão crescendo. Sempre é difícil disputar com quem está indo à reeleição. Eu acho que ele (Marinho) tem muita chance", vislumbrou.

Abi-Ackel e Acácio, porém, afirmam que a escolha por Rogério Marinho foi tomada sem que houvesse debate e respeito do tema nas instâncias partidárias. "Essas manifestações, consideramos os deputados, devem ser compreendidas muito mais como manifestações pessoais do que como posição partidária", aponta trecho da nota emitida pelos mineiros.

Em 2018, quando foi eleito senador, Pacheco começou a articular uma candidatura ao governo de Minas. O grupo político dele, porém, abriu mão da ideia para apoiar Antonio Anastasia, à época filiado ao PSDB, e que tentou retornar ao Palácio Tiradentes. Pacheco, então, foi um dos candidatos ao Senado pela coalizão liderada pelo PSDB. À época, o parlamentar concorreu sob a bandeira do extinto Democratas.

JULIA CHAB, THAÍSA OLIVEIRA, RANIEL BRACON E DANIELE BRANT

Brasília – O Senado e a Câmara dos Deputados têm reuniões marcadas para hoje, a fim de eleger as novas Mesas Diretores para os próximos dois anos. Também tomarão posse os 27 senadores e os 513 eleitos ou reeleitos em outubro. Na Câmara, a expectativa é de reeleição tranquila de Arthur Lira (PP-AL). No Senado, a candidatura do ex-ministro Rogério Marinho (PL-RN) cresceu nos últimos dias, mas Rodrigo Pacheco (PSD), eleito por Minas Gerais e que tem o apoio do Palácio do Planalto, mantém o favoritismo em busca da reeleição. Ex-aliado do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), Davi Alcolumbre (União Brasil-AP) se tornou uma das principais pontes do PT com o Senado. Ele é um dos responsáveis por afiançar acordos em busca da reeleição de Rodrigo Pacheco.

Em diálogo constante com integrantes da gestão Lula, Alcolumbre articula sua permanência no comando da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), a mais poderosa do Senado, mas desde já mira no apoio do PT ao seu projeto de concorrer à presidência do Senado em 2025. Senadores-aliados e adversários de Alcolumbre – reconhecem que ele é individualmente uma das principais lideranças da Casa. A ele são atribuídos adjetivos como "cumpridor de acordos e bom articulador político".

Além disso, parlamentares apontam que, nos quatro anos de gestão Bolsonaro, Alcolumbre foi um dos principais operadores das emendas de relator no Senado, o que lhe garantiu as-

cedência sobre os pares. Mesmo que esse instrumento tenha sido extinto por decisão do Supremo Tribunal Federal, a avaliação no Congresso é a de que a negociação pelo uso dessas verbas deu grande capital político ao senador. A influência de Alcolumbre virou motivo de ciúmes no PT e, principalmente, no União Brasil. Na montagem do governo, o partido de centro ficou com três ministérios.

Pouco após as nomeações, dirigentes e integrantes do União Brasil reclamaram que a equipe petista conduziu o processo de forma atabalhoada e acabou contemplando principalmente Alcolumbre – na conta de quem são colocadas duas indicações: a dos ministros das Comunicações, Juscelino Filho (União Brasil), e da Integração, Waldez Góes (PDT). Embora seja do PDT e esteja apenas licenciado do partido, o ex-governador do Amapá Waldez Góes é próximo de Alcolumbre – o senador também articulou a indicação do aliado junto a governadores da região da Amazônia.

A terceira ministra na cota do União Brasil é a deputada eleita Daniela Carneiro (R). Ela foi pivô da primeira crise envolvendo o governo, por causa da ligação de seu grupo político com milicianos. O caso foi revelado pela Folha. A argumentação dos críticos de Alcolumbre é que, mesmo com a entrega de três ministérios, nem metade das bancadas da Mesa Diretora na Câmara e no Senado toparia aderir à base de Lula. A legenda se colocou como "independente" em relação ao novo governo.

Diante das reclamações, colegas de partido dizem que o clima é de desconfiança e que o senador está prestes a deixar a sigla. Procurado, Alcolumbre afirmou que

vai continuar no União Brasil.

"De zero a 10, a chance de eu deixar o União Brasil é zero", disse o senador na segunda-feira. Para apaziguar a situação do partido no Senado, que terá nove integrantes com a saída de Chico Rodrigues (União Brasil-RR), Alcolumbre decidiu abrir espaço para o ex-deputado federal e senador eleito Efraim Filho (União Brasil-PB) assumir o comando da bancada.

RECLAMAÇÃO O protagonismo de Alcolumbre também virou motivo de reclamação entre apoiadores do principal adversário de Pacheco na disputa pelo comando do Senado, o ex-ministro de Bolsonaro e senador eleito Rogério Marinho (PL-RN). Parlamentares de PL, PP e Republicanos, que fecharam apoio a Marinho e decidiram formar um bloco, afirmam que é Alcolumbre quem "põe a mão na massa" para eleger Pacheco, e ironizam que ele vai presidir o Senado indiretamente.

A participação de Alcolumbre também irritou senadores do PSD, sigla de Pacheco. Rival político do senador no Amapá, Lucas Barreto (PSD-AP) se queixou aos colegas que a eleição para a presidência da Casa neste ano parece amarrada com a de 2025. Outros integrantes da bancada também levaram as críticas sobre Alcolumbre ao próprio Pacheco. Senadores reclamaram que ele tem negociado comissões e espaço na Mesa Diretora à revelia dos colegas, e que o Senado virou um jogo de cartas marcadas.

Por outro lado, aliados de Alcolumbre afirmam que ele está apenas repetindo o que fez dois anos atrás, quando trabalhou como uma espécie de "coordenador de campanha" para fazer com que Pacheco o sucedesse na

presidência do Senado. Após a vitória de Lula, Alcolumbre chegou a confidenciar a pessoas próximas que assumiria a liderança do governo se fosse convidado. Após a indicação de ministros de que isso não ocorreria, o senador decidiu perseguir a presidência do Senado mais uma vez. Petistas argumentam que a opção do governo em contemplar Alcolumbre não visa só o União Brasil, o que é corroborado por parlamentares de outras legendas.

Ex-presidente do Senado e operador do direcionamento das bilionárias verbas das emendas de relator entre os parlamentares, Alcolumbre exerce influência sobre políticos de outros partidos, no Senado e na Câmara. Petistas dizem que a aposta no senador ocorreu diante de promessas de que ele entregaria cerca de 23 votos só no Senado – ou seja, mais de um quarto da Casa. Alcolumbre foi um dos grandes responsáveis pela eleição de Pacheco como seu sucessor. Ele também foi fundamental na articulação para a aprovação da proposta de emenda à Constituição que deu margem de manobra orçamentária ao novo governo.

O PT chegou a vetar que o deputado Elmar Nascimento (União Brasil-BA) fosse alçado a ministro, o que também gerou desgastes na relação do governo com o União Brasil. Após quase um mês de conversas, porém, o governo tende a ceder a mais pedidos do União Brasil, e o cenário de adesão de votos da sigla a pautas encampadas pelos petistas é hoje melhor do que em dezembro. Elmar deve manter um indicado no comando da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Paranaíba e busca avançar sobre outros órgãos. (Folhapress com outras agências)



Candidato de Bolsonaro, Rogério Marinho ganha apoio de parte do PSDB

Parlamentar tem amplo favoritismo. Apoiador do ex-presidente Jair Bolsonaro, ele agora conta com adesão de Lula à sua candidatura e garante ter relação tranquila com petista

Lira deve ser reeleito hoje sob acordo que une PT e PL



Arthur Lira e Lula: ex-adversários políticos estão unidos na eleição da Mesa da Câmara hoje

KELY HEKALY

Brasília – A chapa oficial dos acordos de partidos para disputar a Mesa Diretora com Arthur Lira (PP-AL) como candidato à reeleição à presidência da Câmara dos Deputados foi fechada ontem, um dia antes da escolha do novo comandante da Casa. PT e PL, diferentemente do que ocorre no Senado, estão do mesmo lado. Sôstenes Cavalcante (PL-RJ) está na segunda vice-presidência. O nome era a única dúvida do grupo. A lista da composição circula em mensagem interna da Câmara, via WhatsApp, entre lideranças da Casa.

A discussão ocorreu internamente no PL, pois até então Sôstenes Cavalcante não era consenso na bancada. Marcos Pereira (Republicanos-SP) ocupa a segunda vice-presidência. Luciano Bivar (União Brasil-PE) está na primeira secretaria; Maria do Rosário (PT-RS) na segunda; Júlio César (PSD-PI) na terceira; e Lúcio Mosquini (MDB-RO) na quarta.

O pleito de hoje deve apenas cumprir o rito, visto que Lira é considerado o único com uma candidatura viável à vitória. Confirmado para a disputa, Chico Alencar (PsoL-RJ) colocou seu nome com o apoio de sua bancada, à qual devem se restringir seus votos. PT, PSB e outros partidos da base do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) caminham consolidados para reconduzir o atual presidente. Outro candidato é Marcel Van Hattem (Novo-RS).

Um dos partidos mais fiéis ao PP de Lira, o Republicanos ocupa na legislatura que se encerra nesta quarta-feira a quarta secretaria e, na atual composição, terá a primeira vice, que estava sendo disputada também pelo PL. Ao longo das duas últimas semanas, a reportagem acompanha a disputa e vinha afirmando que a composição de uma vitória anunciada teria seu desfecho horas antes do pleito.

■ RELAÇÃO COM LULA

Arthur Lira disse ontem que tem relação "tranquila" com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva e que críticas

feitas ao petista no passado "nunca" foram pessoais. Ele deu as declarações em entrevista à GloboNews. No ano passado, o deputado apoiou a reeleição do então presidente Jair Bolsonaro (PL), mas, desde a vitória de Lula, ele teve diversas reuniões com o petista. "Nunca fiz críticas ao presidente Lula, nem pessoais, nem políticas. Eu as rebatia quando vinham críticas a respeito do Orçamento. Eu fazia isso de maneira muito clara. Nada na política interfere. No meu ponto de vista, eu não deixo que os problemas locais de Alagoas interfiram no discernimento do que é melhor para o país e para os partidos", garantiu Lira. "A relação com Lula é tranquila, é amistosa", emendou.

Lira voltou a defender as emendas de relator, chamadas de orçamento secreto, sistema de distribuição de verbas com critérios pouco transparentes. Para Lira, isso reduz a capacidade do governo federal de fidelizar a base no Congresso Nacional, já que a equipe de Lula não terá controle sobre o empenho e a execução das verbas.

"Esse governo inicia já com meta-de do orçamento municipalista [secreto] impositivo, de emendas individuais. Portanto, na minha visão, o governo que se inicia perdeu metade da sua mobilidade de conseguir a sua base no Congresso Nacional, no que vai demandar muito mais trabalho", afirmou Lira. "O Orçamento do RP9 não era impositivo, ou seja, só era cadastrado se o governo quisesse, empenhado se o governo quisesse, e pago se o governo quisesse", disse.

Lira afirmou também não ter tido acesso à chamada minuta golpista encontrada pela Polícia Federal na casa do ex-ministro da Justiça Anderson Torres, durante busca e apreensão no inquérito que o investiga nos atos golpistas de 8 de janeiro. "Esse assunto nunca chegou no Parlamento, na Câmara dos Deputados, com certeza. A esta presidência também não. Nunca ninguém teve essa ousadia de tratar sobre um assunto como esse. Teria sido nossa rechaça imediata. A Câmara nunca compactuaria com qualquer tipo de acinte à nossa democracia, ao Estado democrático de direito."

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Estado de Minas - Belo Horizonte/MG

Seção: Política Pagina: 3 + 4